



**Ministério da
Fazenda**



Nota Cetad/Coest nº 161, de 27 de setembro de 2024.

Assunto: Proposta de Projeto de Medida Provisória que tem por finalidade alterar a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre a produção, importação e comercialização de álcool.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de estimar o coeficiente de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins previstas no § 4º do art. 5º da Lei nº 9.718 de forma que o impacto orçamentário-financeiro decorrente da Minuta de Projeto de Provisória seja zero.
2. A proposta tem por finalidade alterar a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre a produção, importação e comercialização de álcool.
3. Preliminarmente, cabe destacar que a análise deste Centro de Estudos é essencialmente voltada para os aspectos orçamentários, financeiros e econômicos.

ANÁLISE

4. A minuta da proposta de Medida Provisória (Anexo Único) propõe reduzir a incidência do Pis/Cofins aplicável ao etanol de duas etapas (produtor e distribuidor) para apenas uma etapa (produtor). A medida visa evitar a proliferação das distribuidoras de combustíveis chamadas de “barriga de aluguel”, que adquirem o álcool dos produtores e efetuam sua distribuição sem recolher a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins devidas.
5. Como o objetivo da proposta é concentrar a incidência do tributo em apenas um elo da cadeia sem aumentar a carga tributária, é necessário a alteração do coeficiente de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins previstas no § 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 1998.

6. Atualmente, o produtor, o importador e o distribuidor que optam pelo regime especial no qual as contribuições incidem sobre o volume do álcool comercializado, incorrem na aplicação das seguintes alíquotas por metro cúbico:

a) R\$ 23,38 por metro cúbico para a Contribuição para o PIS/Pasep e R\$ 107,52 por metro cúbico para a Cofins, no caso do álcool vendido pelo produtor ou importador; e

b) R\$ 58,45 por metro cúbico para a Contribuição para o PIS/Pasep e R\$ 268,80 por metro cúbico para a Cofins, no caso do álcool vendido pelo distribuidor.

7. Somadas as alíquotas efetivas dos itens a) e b) após a aplicação dos coeficientes redutores de 0,00 e 0,6611 têm-se que a incidência total na cadeia é de R\$ 241,81 por metro cúbico. Considerando-se que a alíquota total prevista antes da aplicação do redutor é de R\$ 458,15 por metro cúbico, obtêm-se por regra de três simples que o coeficiente redutor necessário para a manutenção da carga tributária com a incidência dos tributos em apenas um elo da cadeia é de 0,4722.

8. Feitas as considerações acima, encaminha-se à apreciação superior.

Assinatura digital
ANDRE ROGERIO VASCONCELOS
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se ao chefe do Cetad.

Assinatura digital
ROBERTO NAME RIBEIRO
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador da Coest

Aprovo a Nota. Encaminhe-se ao Gabinete do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil.

Assinatura digital
CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Chefe do Cetad

ANEXO ÚNICO

ANEXO

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. XX A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre a receita bruta auferida pelo produtor ou importador de álcool, inclusive para fins carburantes, serão calculadas, respectivamente, com base nas alíquotas de 5,25% (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) e 24,15% (vinte e quatro inteiros e quinze centésimos por cento).

§ 1º
.....

II - por distribuidor ou comerciante varejista, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I e II do § 4º-B; e

.....
§ 4º O produtor e o importador de que trata o **caput** poderão optar por regime especial de apuração e pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, no qual as alíquotas específicas das contribuições são fixadas, respectivamente, em R\$ 81,83 (oitenta e um reais e oitenta e três centavos) e R\$ 376,32 (trezentos e setenta e seis reais e trinta e dois centavos) por metro cúbico de álcool.

§ 4º-B. As alíquotas de que trata o caput e § 4º aplicam-se, também, nas seguintes hipóteses:

.....
§ 5º A opção prevista no § 4º será exercida, segundo normas e condições estabelecidas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, até o último dia útil do mês de novembro de cada ano-calendário, produzindo efeitos, de forma irrevogável, durante todo o ano-calendário subsequente ao da opção.

§ 6º No caso da opção efetuada nos termos dos § 4º e § 5º, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil divulgará o nome da pessoa jurídica optante e a data de início da opção.

§ 7º A opção a que se refere este artigo será automaticamente prorrogada para o ano-calendário subsequente, salvo se a pessoa jurídica se manifestar por sua desistência, nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, até o último dia útil do mês de novembro do ano-calendário em curso, hipótese em que a produção de efeitos se dará a partir do dia 1º de janeiro do ano-calendário seguinte.

§ 8º Fica o Poder Executivo autorizado a fixar coeficiente para redução das alíquotas previstas no § 4º, as quais poderão ser alteradas, para mais ou para menos, em relação a classe de produtores, produtos ou sua utilização.

§ 10. A aplicação do coeficiente de que trata o § 8º não poderá resultar em alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins superiores a, respectivamente, 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento) do preço médio de venda no varejo.

§ 11. O preço médio a que se refere o § 10 será determinado a partir de dados colhidos por instituição idônea, de forma ponderada com base nos volumes de álcool comercializados nos Estados e no Distrito Federal nos doze meses anteriores ao da fixação do coeficiente de que trata o § 8º.

§ 12. No ano-calendário em que a pessoa jurídica iniciar atividades de produção ou importação de álcool, a opção pelo regime especial poderá ser exercida em qualquer data, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês em que for exercida.

.....

§ 16. Observado o disposto no § 14, não se aplica às aquisições de que trata o § 13 o disposto na alínea “b” do inciso I do caput do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e na alínea “b” do inciso I do caput do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

.....

§ 17-A. O disposto no § 17 não se aplica a produtor ou importador optante na forma do § 4º.

§ 22. Na hipótese de que trata o § 20, os valores dos repasses recebidos pelos associados, decorrentes da comercialização do álcool por eles entregue a essas cooperativas, devem ser excluídos de sua base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.” (NR)

alteração: Art. XX+1 A Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte

“Art. 2º

.....

X - no art. 23 da Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004, no caso de venda de gasolinas e suas correntes, exceto gasolina de aviação, óleo diesel e suas correntes, querosene de aviação, gás liquefeito de petróleo - GLP derivado de petróleo e de gás natural; e

XIII - no **caput** ou no § 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, no caso de venda de álcool, inclusive para fins carburantes.

.....” (NR)

alteração: Art. XX+2 A Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte

“Art. 2º

.....

X - no art. 23 da Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004, no caso de venda de gasolinas e suas correntes, exceto gasolina de aviação, óleo diesel e suas correntes, querosene de aviação, gás liquefeito de petróleo - GLP derivado de petróleo e de gás natural; e

XI - no **caput** ou no § 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, no caso de venda de álcool, inclusive para fins carburantes.

.....” (NR)

Art. XX+3 O coeficiente de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins previstas no § 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 1998, fica fixado em 0,XXXX, até que o Poder Executivo exerça a competência instituída pelo § 8º do mesmo artigo.

Art. YY Ficam revogados:

I - os seguintes dispositivos do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998:

a) os incisos I e II do caput;

b) os incisos I e II do § 4º; e

c) os § 4º-A, § 4º-C, § 4º-D, § 9º, § 13-A, § 14-A, § 20, § 21 e § 22;

II - o § 1º-A do art. 2º da Lei nº 10.637, de 2002; e

III - o § 1º-A do art. 2º da Lei nº 10.833, de 2003.

Art. ZZ Esta Medida Provisória entra em vigor no primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação.

Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 01/10/2024 18:42:36 por Claudemir Rodrigues Malaquias.

Documento assinado digitalmente em 01/10/2024 18:42:36 por CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS, Documento assinado digitalmente em 01/10/2024 18:36:45 por ROBERTO NAME RIBEIRO e Documento assinado digitalmente em 01/10/2024 18:25:49 por ANDRE ROGERIO VASCONCELOS.

Esta cópia / impressão foi realizada por CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 01/10/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP01.1024.18449.1EEB

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
93055A5821996C3E85613CA26A022F1C22FEC8A3A9F21D2D4D10FC735993789E